30

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA SAÚDE - CNTS

CNTS

21/12/91

1991–2021

Revista Comemorativa da CNTS

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde

Sumário

Editorial — Página 3

Primeiros 10 anos da CNTS — Página 5

20 anos de CNTS — Página 10

30 anos de CNTS — Página 16

Desafios e perspectivas para o futuro — Página 31

Principais bandeiras e conquistas — Página 36

Depoimentos e Homenagens — Página 41

Agradecimento — Página 44

Expediente

Presidente: Valdirlei Castagna
Vice-presidente: Lucimary Santos Pinto
Secretário-geral: Adilson Luiz Szymanski
Secretário-geral Adjunto: Maria de Fátima Neves de Souza
Tesoureiro-geral: Adair Vassoler
Tesoureiro-geral Adjunto: Emerson Cordeiro Pacheco
Diretor de Patrimônio: Geraldo Isidoro de Santana
Diretor Social e de Assuntos Legislativos: Mário Jorge dos Santos Filho
Diretor de Políticas Públicas e Serviços Públicos: Manoel Pereira de Miranda
Diretor de Assuntos Internacionais: Severino Ramos de Souto
Diretor de Formação e Política Sindical: Terezinha Perissinotto
Diretor Jurídico e de Assuntos Trabalhistas: Ubiratan Gonçalves Ferreira
Diretor de Assuntos da Previdência e Assistência Social: Domingos da Silva Ferreira
Diretor de Assuntos de Aposentados e Pensionistas: Clotilde Marques
Diretor de Negociação Coletiva: Carlos Alberto Monteiro de Oliveira
Diretor de Imprensa e Comunicação: Mistrael Mário Pereira da Silva
Diretor de Assuntos de Gênero, Raça, Diversidade e Juventude: Maria Salete Cross
Diretor de Segurança e Saúde do Trabalhador: Domingos Jesus de Souza
Diretor de Pesquisa, arquivo e Memória Sindical: Osmar Gussi
Diretor de Cultura Esporte e Lazer: Antônio Lemos
Diretor de Assuntos Econômicos: Caio Cesar Marin
Suplentes da Diretoria
José Carlos dos Santos; Lamartine dos Santos Rosa; José Sousa da Silva; Claudeci Souza Dorneles; José Francisco de Lima; Ana Maria Mazarin da Silva; Leodália Aparecida de Souza; José Raimundo Santana Santos; Janete Johan; Milton Gomes da Silva; Keyla Pereira dos Reis; José Carlos Ferraz; Carlos Antônio Borges da Rosa; Nádia Sloboda Chaneiko; Osmar Pereira Santana; Júlio Cesar Lopes Frota; e José Carlos da Silva.
Conselho Fiscal
Efetivos: Walter José Bruno D'Emery, Silvio Vidart Madruga e Walteci Araujo dos Santos.
Suplentes: Tatiane de Castro, Edgar Siqueira Veloso e Aparecida dos Santos Lima.

Endereço: SCS - Q. 1 - Bl. G Ed. Baracat - Salas 1604/06
Fone/Fax: (61) 3323-5454
CEP: 70309-900 - Brasília-DF
Home-page: www.cnts.org.br
Email: cnts@cnts.org.br

SISTEMA CNTS DE COMUNICAÇÃO
Reportagem e redação: Cinthia Bispo
Fotos: Júlio Fernandes/Ag. Fulltime e arquivo CNTS
Projeto Gráfico e Editoração eletrônica:
Fernanda Medeiros da Costa
F4 Comunicação: 61- 99996-8465
E-mail: f4comunicacao@gmail.com

CNTS participa de ato Ocupa Brasília, que reuniu 200 mil trabalhadores contra reformas e por Diretas já

Editorial

30 anos dedicados à saúde, ao trabalho e à democracia

Ao leitor,

Seria praticamente impossível quantificar todas as realizações que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS conquistou nos últimos 30 anos. Mas, certamente, não poderíamos deixar essa data significativa passar em branco. Por isso, tentamos reunir nesta revista alguns dos momentos e feitos mais importantes e dedicar essa homenagem a pessoas que contribuíram para que tudo isso acontecesse. A publicação é uma edição comemorativa de aniversário que traz um pouco da história e das conquistas da Confederação. Na primeira parte, apresentamos os passos que demos para a consolidação institucional. Em seguida, destacamos algumas das várias ações da Confederação que se mostraram transformadoras para a categoria e para o movimento sindical.

Com muita determinação e esforço, a CNTS se concretizou como representação nacional de terceiro grau, com reconhecimento nacional na luta pela saúde pública e pelos direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, incorporamos a precisão e a transparência como valores norteadores, além da necessidade de intensificar permanentemente as ações estratégicas na base, nos espaços públicos e na área de comunicação. Tudo isso, claro, só é possível com o esforço e o trabalho conjunto de diretores, membros dos Conselhos, colaboradores, e, especialmente, com o apoio das Federações e Sindicatos. O resultado tem sido a ampliação do alcance das ações da CNTS no país. Para nós, é mais que gratificante ter apoiado e lutado por pautas e projetos que mudaram o Brasil, como a decisão histórica do Supremo Tribunal Federal que permitiu que gestantes de feto com anencefalia pudessem decidir pela continuidade ou não da gravidez. Em defesa da saúde pública também derrubamos, no STF, a lei que permitia a venda de inibidores de apetite, medicamentos que representa sério risco à saúde da população brasileira.

Em relação à formação profissional, por exemplo, a CNTS atuou para a formação de milhares de atendentes em auxiliares de enfermagem. Inclusive, fomos modelo para a criação do programa de formação desenvolvido pelo Ministério da Saúde, o Profae.

Além disso, a CNTS denunciou ao Ministério Público e órgãos do Poder Executivo, as péssimas condições dos cursos à distância na graduação da saúde. As denúncias resultaram na fiscalização pelo Cofen e abertura de inquérito pelo Judiciário.

Entre as muitas ações desenvolvidas pela CNTS, podemos destacar sua oposição à CPMF. Foi uma das primeiras entidades confederativas a interpor Ação Direta de Inconstitucionalidade, o que motivou a mobilização de toda a sociedade organizada contra mais este ato arbitrário do governo.

A CNTS foi a primeira entidade a procurar autoridades do Ministério para discutir a NR 32, mais tarde aprovada com a finalidade de estabelecer diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde não somente para os trabalhadores em estabelecimento de assistência à saúde, mas também daqueles que exercem atividades de promoção e atendimento à saúde em geral. Sabemos que todo esse trabalho é relevante porque temos a certeza de que essas iniciativas podem ser sentidas e validadas por aqueles que, de fato, são o nosso público alvo: os trabalhadores e a população brasileira. O trabalho em parceria, o diálogo e as iniciativas no sentido de ampliar a interlocução e ações conjuntas com outras entidades, voltadas à ampliação de direitos sociais e trabalhistas, à melhoria das condições de trabalho e, consequentemente, à qualidade dos serviços prestados à sociedade marcam a gestão da CNTS.

Por fim, mais do que agradecer, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde dedica esta edição comemorativa a todos que fizeram parte dessa caminhada e que colaboraram com a causa que nos mantém unidos: a luta por um mundo mais justo. E esperemos que esta publicação conte apenas o início de uma Confederação que ainda tem muito a percorrer, tanto para o progresso dos trabalhadores da saúde quanto para o crescimento o movimento sindical.

Parabéns a todos!

Valdirlei Castagna
Presidente da CNTS

30 horas Já: convocadas pela CNTS, caravanas de profissionais da Enfermagem reivindicam a aprovação do PL 2295/2000

Primeiros 10 anos: Como tudo começou

A data de 21 de dezembro de 1991 marca a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, tendo como objetivos defender os interesses dos trabalhadores da saúde, fazer a defesa intransigente dos serviços públicos de saúde e dos direitos sociais e trabalhistas da categoria.

À época, profissionais da saúde, técnicos e auxiliares de enfermagem sentiram a necessidade de ter uma entidade que lutasse por suas reivindicações de forma mais efetiva, assim, fundaram a Confederação, dando início ao sonho de unificar as entidades de classe da saúde e criar uma representação nacional de terceiro grau. Anteriormente, a representação nacional sindical dos trabalhadores na saúde era ligada à Confederação dos Trabalhadores do Comércio.

A formação da CNTS foi consenso de representantes de oito federações estaduais então existentes e mais de 50 sindicatos, presentes ao grande encontro nacional realizado em Peruíbe, São Paulo. Ali dava-se um passo para uma entidade de representação nacional dos empregados da saúde, com vistas para o pioneirismo, garra e determinação.

À época, a Confederação tinha uma pauta bastante ousada, como organizar e mobilizar os trabalhadores da saúde na luta pela jornada de 30 horas; recuperação das perdas salariais e pisos por funções; assistência médica gratuita para todos os profissionais e

seus familiares; participação efetiva dos trabalhadores em todos os movimentos reivindicatórios da saúde; contra mudanças na Previdência Social e pela aposentadoria especial para a categoria; e regulamentação profissional.

Os primeiros anos de existência da Confederação foram dedicados à organização da própria entidade e das federações e sindicatos pelo país. E também à conscientização dos trabalhadores da saúde sobre a importância de terem uma entidade forte e representativa dos anseios da categoria.

A sede provisória da CNTS funcionou por dois anos e meio nas instalações da Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo. Diante da necessidade de marcar presença junto às instâncias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a sede foi transferida para Brasília, em maio de 1994. Com isso, a CNTS passou a marcar presença nas discussões no Congresso Nacional das reformas da Previdência, administrativa, tributária e marcando posição contra à criação da CMPF.

O primeiro presidente da CNTS foi o sindicalista, auxiliar de enfermagem e advogado, José Lião de Almeida, que sempre foi batalhador pelos direitos trabalhistas e sociais, pelas propostas de inclusão implantadas e pela preocupação com a educação em geral, a formação e qualificação dos trabalhadores.

O reconhecimento da Confederação foi conquistado através de muitas lutas. Nos últimos anos, a entidade conquistou espaços fundamentais na representação política junto às instituições governamentais e também em movimentos e atividades com outras entidades sindicais e de classe representativas dos trabalhadores, como o Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores na Área da Saúde (Fentas), o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a Internacional de Serviços Públicos (ISP). Fazendo-se representar em audiências com órgãos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Gestão 1991-1996

Presidente: José Lião de Almeida
Vice-presidente: José Paulo Goulart
1º Vice-presidente: Renato Jorge Trindade Corrêa
2º Vice-presidente: Marilsa Sales Braga
Secretário-geral: João Silvio Pedroso da Roza
1º Secretário: João Barros Lopes
2º Secretário: Ingo Ehlert
Tesoureiro-geral: Antonio Lemos
1º Tesoureiro: Antonio Lemos
2º Tesoureiro: Expedito Alves do Nascimento
Diretor de Patrimônio: Edson Quintino Mendes
Diretor Social e de Assuntos Legislativos: Paulo Pimentel
Diretor de Assuntos Internacionais: José Caetano Rodrigues
Diretor de Assuntos Culturais e Orientação Sindical: Joaquim José da Silva Filho
Diretor de Assuntos Trabalhistas e Judiciários: Agnaldo Mathoso da Silva
Diretor de Assuntos de Seguridade Social: João Rodrigues Filho

Destaques

- Criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde
- Elaboração do Estatuto da CNTS

Princípios

- Representar e defender os interesses individuais e sociais dos Trabalhadores na Saúde junto aos poderes constituídos, com total imparcialidade no campo das ideologias política e sindical, religião, sexo, raça ou opção de vida.

- Defender o fortalecimento da organização Sindical dos Trabalhadores, como instrumento legítimo da representação dos Trabalhadores em geral – Reforma Sindical. Garantia do exercício da democracia sindical, unicidade com legitimidade de representação e fonte de custeio segura para o exercício das tarefas sindicais, no interesse do coletivo sobre o individual e, sem a interferência externa.

- Defender a Saúde Pública universalizada com qualidade – Dever do Estado.

- Respeitar o contraditório e, as deliberações democráticas, sem perder a razão das nossas convicções.

- Atuar em conjunto com as Federações filiadas na execução de projetos de formação político-sindical no interesse da categoria.

Gestão 1997-2001

Presidente: José Lião de Almeida
Vice-presidente: Leide Mengatti
1º Vice-presidente: Milton Francisco Kempfer
2º Vice-presidente: Marilsa Sales Braga
Secretário-geral: Rogério Fernandes
1º Secretário: Maria Nerci Ribeiro Oliveira da Costa
2º Secretário: Ingo Ehlert
Tesoureiro-geral: Edison Laércio de Oliveira
1º Tesoureiro: Joaquim José da Silva Filho
2º Tesoureiro: Antonio Lemos
Diretor de Patrimônio: João Rodrigues Filho
Diretor Social e de Assuntos Legislativos: Paulo Pimentel
Diretor de Assuntos Internacionais: José Caetano Rodrigues
Diretor de Assuntos Culturais e Orientação Sindical: José Paulo Goulart
Diretor de Assuntos Trabalhistas e Judiciários: Clarinda de Oliveira
Diretor de Assuntos de Seguridade Social: José Pimentel dos Santos

Ações de destaque

- A segunda gestão da CNTS tinha como pauta de luta a defesa do SUS, com universalidade de atendimento, a formação sindical, a jornada de 30 horas, o salário profissional e a maior atuação junto à base. À época, os dirigentes da Confederação tiveram à frente de lutas contra o desemprego e os ataques ao movimento sindical e os direitos previdenciários.

- A gestão foi marcada também pela realização de encontros regionais em Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS), Florianópolis (SC), Recife (PE), Curitiba (PR), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS), onde os trabalhadores da saúde discutiram soluções para o fortalecimento sindical, a educação na saúde, a democratização na gestão do SUS e a participação em entidades e eventos internacionais.

- O ano de 1998 foi marcado por muitas ações e conquistas na CNTS. Os dirigentes da Confederação passaram a integrar as comissões de Educação e de Recursos Humanos e também a Mesa de Negociação do SUS, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde. O ano foi marcado ainda por lutas na esfera jurídica, quando a Confederação ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal contra a Lei 9.601/98, que flexibiliza as relações de trabalho ao disciplinar o contrato por prazo determinado. A CNTS também cerrou embate contra as iniciativas dos Poderes Executivo e Judiciário que pretendiam desregulamentar o mercado de trabalho, com redução de encargos trabalhistas e sociais e a fragmentação das entidades representativas.

- Outro destaque deste período foi o II Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais e Trabalhadores na Saúde, realizado nos dias 3 e 4 de setembro de 1998, em São Paulo. Com o tema Sua Presença Vai Somar, o evento reuniu 200 lideranças sindicais, que discutiram sobre as condições do ambiente de trabalho, a qualidade do atendimento, a prevenção de acidentes de trabalho e o tratamento do lixo hospitalar.

- Os debates e questionários do Encontro foram tão enriquecedores que fizeram parte da discussão da elaboração da norma regulamentadora que dispõe sobre saúde e segurança no trabalho dos profissionais da saúde, a NR 32.

20 anos: CNTS conquista espaços políticos e sociais

Os primeiros anos do Século 21 foram marcados pela luta da reconstrução política e administrativa da Confederação. Em 2001, as duas chapas que concorriam para assumir a gestão da CNTS tiveram divergências, o que ocasionou na anulação do processo eleitoral. Por esta razão, foi nomeada uma Junta Governativa Provisória, atendendo determinação judicial, com seus membros eleitos em março de 2002, com representantes das federações filiadas, para administrar a entidade. O reestabelecimento prático da CNTS se deu a partir de 27 de agosto daquele ano, quando a administração financeira foi transferida de Campinas para Brasília, por ordem judicial.

Porém, este fato não prejudicou a gestão da Confederação, que buscou compensar o problema estando mais presente junto às bases, promovendo a integração com as federações filiadas e sindicatos vinculados, e conquistou espaços importantes para seu crescimento político, junto aos poderes Executivo e Legislativo, e às demais entidades representantes dos profissionais da saúde.

Na ocasião, a CNTS adotou várias medidas com vistas à reestruturação política e administrativa, que vieram garantir a sua revitalização, a exemplo da retomada dos contatos com os poderes constituídos e com as entidades sociais e sindicais; do processo de comunicação e informação com sua base; a recuperação da credibilidade da CNTS junto aos conveniados e prestadores de serviços; e recuperação da estrutura e maquinário da sede.

Durante este cenário, a CNTS conquistou espaços importantes para o seu crescimento político junto aos poderes Executivo e Legislativo e às demais entidades de classe dos profissionais da saúde. Ainda neste período, a CNTS conseguiu marcar presença junto ao movimento sindical internacional. Em março de 2002, representantes da Confederação participaram da reunião do Comitê Subregional da ISP, em Montevidéu, Uruguai, para debater sobre saúde e previdência no Mercosul e encaminhamento dos projetos de interesse dos trabalhadores do Cone Sul, com destaque para o projeto da saúde sobre legislação, direitos sindicais e currículo profissional.

Foi durante a terceira gestão que Confederação se uniu às demais confederações nacionais laborais, do setor público e privado, urbanas e rurais, na criação e atuação do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST, em defesa do sistema confederativo, com unicidade e custeio compulsório.

Gestão 2002-2006

Junta Governativa - José Lião de Almeida, José Caetano Rodrigues, Paulo Pimentel, Valdirlei Castagna, Domingos Jesus de Souza, Rogério Fernandes – depois João Rodrigues Filho, Antonio Lemos

Destaques

- Reformulação do Estatuto da CNTS
- Conquista de assento no Conselho Nacional de Saúde, compondo a Comissão Intersetorial de Recursos Humanos; na Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS; e no Fentas.
- Criação do Fórum Sindical dos Trabalhadores junto com do setor público e privado, urbanas e rurais.

Consolidação

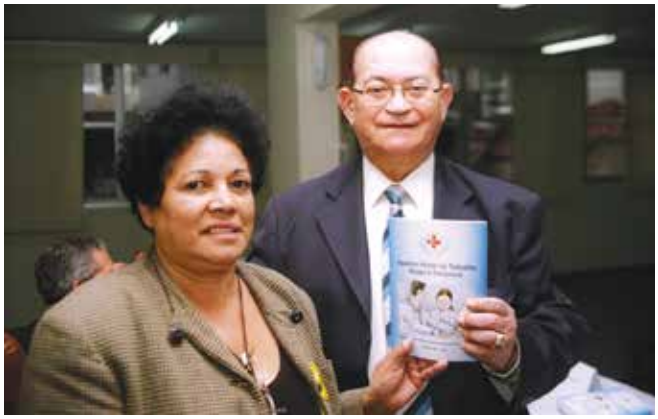
A quarta gestão da Confederação seguiu com a bandeira de consolidar a entidade nos espaços políticos e sindicais, com o intuito de reafirmar a importante condição da entidade como legítima representante dos trabalhadores da saúde em todo o país.

Também durante esse período, destaca-se a luta da Confederação por uma jornada de trabalho decente, para isto, os dirigentes da CNTS se reuniram com o então deputado federal Arnaldo Faria de Sá, para apresentar sugestões ao PL 2.295/2000, que regulamenta a jornada de 30 horas semanais para a Enfermagem.

Outra luta dos dirigentes da Confederação durante o período foi a oposição à CPMF. À época, o governo enviou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição que prorrogava a CPMF até dezembro de 2011. Após vários meses de discussão a PEC foi aprovada. E os recursos para a saúde continuaram em falta. Por esta razão, a CNTS foi uma das primeiras entidades confederativas a interpor Ação Direta de Inconstitucionalidade, o que motivou a mobilização de toda a sociedade organizada contra mais este ato arbitrário do governo.

Ainda naquele ano, a CNTS lançou a cartilha *Assédio Moral no Trabalho - Reaja e Denuncie*, com objetivo de fomentar o debate e ampliar o conhecimento sobre o que vem a ser assédio moral, alertar sobre as condutas mais comuns adotadas pelos agressores e orientar as entidades e os trabalhadores para a denúncia dos casos.

Em 2008, a Confederação começou o ano com o objetivo central de aprimorar o trabalho desenvolvido. Naquele ano, a CNTS deu início a campanha Diga Não ao PLS 26/2007, em defesa dos auxiliares e técnicos de enfermagem e pela rejeição do texto. O projeto em questão extinguia as profissões de auxiliar e técnico, sob o pretexto de promover a qualificação dos profissionais de saúde de nível de médio.



Lutas no Legislativo e no Executivo

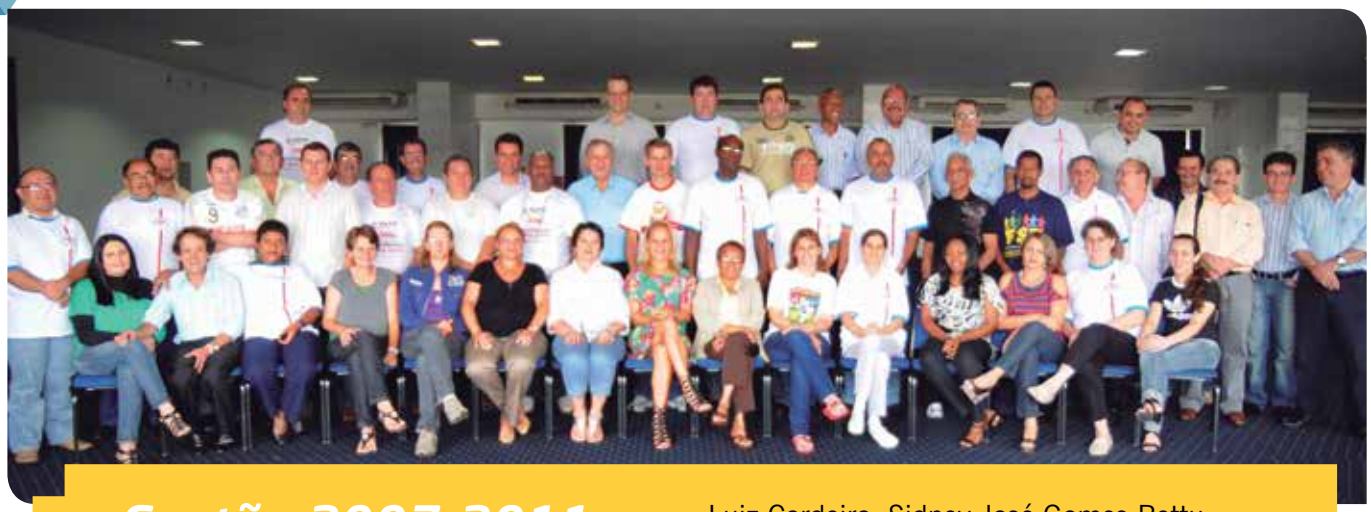
No ano seguinte, uma das decisões fundamentais da Mesa Nacional do SUS foi a criação do Comitê Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador, com participação da CNTS, e que teve por finalidade a formulação das diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador do SUS. A ampla participação e oportunidade dos temas em debate levaram ao êxito do projeto desenvolvido mediante convênio piloto assinado entre a CNTS e o Cofen para debater a implantação da NR 32. Foram realizados eventos em oito estados, com mais de 1.800 participantes no total.

Em 2009, pela primeira vez, a CNTS e a CNSaúde, entidade patronal, decidiram formalizar uma agenda comum de interesse dos trabalhadores da saúde, quando colocaram na mesa de debates os pontos iniciais para negociação – jornada de trabalho, adicional de insalubridade, política salarial e garantias sindicais – e de mobilização junto aos poderes Executivo e Legislativo. A primeira ação conjunta aprovada foi o envio de requerimento ao ministro do Trabalho solicitando a participação das entidades na comissão tripartite criada para acompanhar a implantação da NR 32.

Em 24 de março daquele ano, aconteceu, em Brasília, a oficina de debate acerca da proposta de mudanças no processo eleitoral do sistema Cofen/Corens, com a participação de mais de 70 dirigentes das entidades associadas. A CNTS enviou sugestões à proposta então em debate nos conselhos e apresentou sugestões ao relator do PL 3.277, em defesa da democracia e transparência no sistema.

Na esfera política, a regulamentação da Emenda Constitucional 29 foi prioridade da Confederação durante todo o ano, como forma de garantir a fonte de custeio, coibir os desvios de recursos e resolver, definitivamente, o grave problema de subfinanciamento do SUS.

Em 2011, último ano da quarta gestão, os dirigentes da entidade intensificaram a luta pela aprovação do PL 2.295/00 e sanção da respectiva lei que regulamenta a jornada de 30 horas para os profissionais da enfermagem, com realização de grande ato no Congresso Nacional.



Gestão 2007-2011

Presidente: José Lião de Almeida
Vice-presidente: João Rodrigues Filho
1º Vice-presidente: Jânio Silva
2º Vice-presidente: Domingos Jesus de Souza
Secretário-geral: Valdirlei Castagna
1º Secretário: Paulo Pimentel
2º Secretário: Clotilde Marques
Tesoureiro-geral: José Caetano Rodrigues
1º Tesoureiro: Adair Vassoler
2º Tesoureiro: Antonio Lemos
Diretor de Patrimônio: Dalva Maria Selzler
Diretor Social e de Assuntos Legislativos: Lucimary Santos Pinto
Diretor de Assuntos Internacionais: Clair Klein
Diretor de Assuntos Culturais e Orientação Sindical: Edson Clatino de Souza
Diretor de Assuntos Trabalhistas e Judiciários: Joaquim José da Silva Filho
Diretor de Assuntos de Seguridade Social: Mário Jorge dos Santos Filho

Suplentes da Diretoria

Carlos José Suzano da Silva, Terezinha Perissinotto, Claudionor José da Silva, Mario Luiz Cordeiro, Sidney José Gomes Bettu, Aparecida dos Santos de Lima, Silas da Silva, Carlo Geovani de Oliveira Corrêa, Sueli Aparecida, Koupak, Carlos Cesar Rodrigues, José Souza da Silva, Emerson Cordeiro Pacheco, Domingos da Silva Ferreira, Milton Carlos Sanches, Jaime Ferreira dos Santos.

Conselho Fiscal Efetivos: Remo Borazo, José Paulo da Silva, Walter José Bruno D'Emery.
Suplentes: José Carlos dos Santos, Ana Maria Mazarin da Silva, Vaina Dias de Paula Silva.
Representantes Internacionais:
Maria de Fátima Neves de Souza, Maria Salete Cross, Lucia Maria Flach, Severino Ramos de Souto, Leodália Aparecida de Souza, Nádia Sloboda Chaneiko, Lamartine dos Santos Rosa, Carlos Eduardo Martiniano de Souza, Rosana Araujo Pestana.

Destaques

- Lançamento da Cartilha Assédio Moral no Trabalho - Reaja e Denuncie
- Participação do Seminário Nacional da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do Mercosul

CNTS e entidades filiadas participaram das mobilizações, em Brasília e nos estados, em defesa dos direitos sociais e trabalhistas

30 anos: Consolidação nos espaços políticos, sociais e sindicais

O início da terceira década da Confederação foi marcada por grande momento de mudanças na construção de uma gestão atuante, democrática, transparente e participativa. Em 2012, as expectativas dos dirigentes passaram pela continuidade do trabalho conjunto, com a definição de estratégias de atuação e de metas a serem cumpridas, de forma compartilhada. O trabalho se intensificou com o início da sessão legislativa, dia 1º de fevereiro, ano que foi intenso por conta dos debates de propostas importantes da agenda dos trabalhadores.

Uma das grandes ações da CNTS durante a quinta gestão foi a participação nos atos das centrais sindicais que percorreram o país na defesa dos direitos trabalhistas e sociais. O objetivo era defender a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ameaçada pelas propostas em tramitação no Congresso Nacional.

No dia 13 de abril de 2012, chegava ao fim, no STF, o julgamento de um dos mais importantes e históricos casos que já aportaram na Corte Suprema: a ADPF 54, ajuizada pela CNTS, assegurando às grávidas de fetos anencéfalos o direito da antecipação terapêutica do parto. Por 8 votos a 2, o Tribunal julgou procedente o pedido, e decidiu que não é crime a interrupção da gravidez em que a gestação seja de um feto com anencefalia, ou seja, de fetos cuja má-formação do cérebro e do córtex inevitavelmente leva ao óbito momentos após o nascimento. Como afirma o então decano do STF, ministro Marco Aurélio Mello, aquele foi "mais importantes julgamentos que o Supremo Tribunal Federal já realizou em toda a história republicana".

Mobilizações Nacionais

No ano seguinte, em 11 de abril de 2013, ocorreu a maior demonstração de força e união dos profissionais da Enfermagem, com mais de seis mil profissionais, vindos de todos os cantos do país, reunindo-se em passeata pela Esplanada dos Ministérios e em audiência pública na Câmara dos Deputados, em mais uma mobilização pela regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais.

Posteriormente, em 30 de maio, a Esplanada dos Ministérios foi palco de grande protesto contra o PLS 268/2002, o projeto do Ato Médico, que regulamentava o exercício da medicina. O Dia de Mobilização contra o Ato Médico, organizado por diversos conselhos federais de profissões e entidades sindicais, entre elas a CNTS, reuniu cerca de dez mil profissionais e estudantes de várias categorias da área da saúde.

O Movimento Saúde+10, do qual a CNTS faz parte, reuniu cerca de 1.200 pessoas no Ato em Defesa da Saúde Pública, dia 10 de abril do 2013, marcando a divulgação do resultado da primeira contagem oficial de assinaturas arrecadadas para dar entrada ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular, na Câmara dos Deputados, reivindicando 10% da receita corrente bruta da União para a saúde pública. Em agosto, com mais de 1,8 milhão de assinaturas, o anteprojeto de lei foi apresentado na Câmara dos Deputados.

Encontros e Conferência

Mais de 160 representantes da base sindical participaram do IV Encontro Nacional dos Trabalhadores e Dirigentes Sindicais da CNTS - IV ENTRADS, realizado no período de 17 a 19 de março de 2014, quando traçaram um perfil da organização sindical da categoria em nível nacional e definiram estratégias de luta conjunta.

Por conseguinte, cerca de 1.200 delegados participantes da 4ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador, com o tema Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Direito de todos e todas e Dever do Estado, realizada em dezembro de 2014, em Brasília. A CNTS lançou e distribuiu a cartilha *Previna-se: A saúde é seu principal instrumento de trabalho*, sobre as doenças profissionais mais comuns, não apenas relativas aos trabalhadores da saúde.

O ano de 2014 foi marcado por ações da CNTS contra as medidas do governo que penalizava os trabalhadores e a saúde pública, mas também a participação em conferências e debates. Exemplo disso, foi a 15ª Conferência Nacional de Saúde. Em março daquele ano, a CNTS assumiu a coordenação do Fórum Nacional da Enfermagem.

Na educação, destaca-se a luta da CNTS contra a modalidade EaD na graduação em saúde. Em 2014, a entidade encaminhou denúncia ao Ministério Público e órgãos do Poder Executivo sobre as péssimas condições de formação oferecidas pelos cursos de graduação em Enfermagem à distância. A preocupação da CNTS foi acatada pelo Ministério Público, resultando na fiscalização pelo Cofen, em relatório encaminhado para diversas autoridades e em abertura de inquérito pelo Judiciário. Em dois estados, os relatórios foram encaminhados também à Polícia Federal para apurar possíveis práticas de crimes.

Na esfera política, foi destaque a sessão solene em homenagem ao profissional da enfermagem, dia 11 de maio, no plenário da Câmara dos Deputados.

Mais de 300 pessoas, entre profissionais, dirigentes sindicais e de classe e estudantes participaram do ato. Os dirigentes da CNTS e demais entidades do Fórum Nacional da Enfermagem cobraram o reconhecimento e a valorização da categoria, cujo trabalho tem reflexos políticos, econômicos e sociais para a sociedade.

Com a finalidade de ampliar a participação das federações filiadas, além de promover alterações na estrutura da organização, o Conselho de Representantes aprovou, dia 27 de agosto, a atualização do estatuto da CNTS. O documento contempla as atuais necessidades de maior participação das entidades filiadas nas decisões. Entre as principais mudanças está a eleição por meio de Congresso Eleitoral.

Com o objetivo de expandir o alcance da comunicação da entidade com a sociedade em geral e os trabalhadores, em especial, e ainda estreitar as relações com as federações e sindicatos, a Confederação implantou a CNTS TV e a Rádio CNTS, canais disponíveis na web. A inauguração, dia 28 de agosto, foi um marco histórico. A sala multimídia conta com equipamentos de última geração, banda larga de alta velocidade e ambiente personalizado.

Lutando pelo SUS

Na esfera da saúde, em dezembro de 2015, foi realizada a 15ª Conferência Nacional de Saúde, que foi marcada não só pela diversidade e participação, mas também por sua inovação na elaboração e monitoramento de suas diretrizes. Cerca de 5 mil pessoas participaram do evento. A CNTS montou stand no espaço da Conferência e distribuiu material sobre a Norma Regulamentadora 32, assédio moral e 30 horas para a enfermagem.

Além disso, milhares de trabalhadores e usuários dos serviços de saúde, entre eles a CNTS, participaram, dia 6 de julho, em Brasília, da II Marcha em Defesa do SUS, quando reivindicaram mais recursos para a saúde e a defesa da seguridade social e da democracia.

Ainda naquele período, a CNTS, por meio do Dieese, apresentou a pesquisa Estoque de emprego dos trabalhadores da saúde, elemento fundamental para conhecer melhor o universo e a representatividade, para buscar políticas mais realistas e eficazes. A pesquisa, com dados da RAIS de 2014, sinaliza que existem 2,7 milhões de trabalhadores da área da saúde vinculados à CNTS.

Destaca-se também as atividades do Jubileu de Prata da Confederação, no período de 16 a 18 de novembro, com a realização de reuniões da diretoria e dos conselhos; palestras e debates sobre conjuntura política e sindical.

CNTS exige saúde pública, integral e de qualidade
Saúde: Dever do Estado Direito do Cidadão
PROJETO DE LEI 2295/00 -
30 HORAS PARA A ENFERMAGEM
25 anos
CUT

Gestão 2012-2016

Presidente: José Lião de Almeida
Vice-presidente: João Rodrigues Filho
1º Vice-presidente: Carlos Alberto Monteiro de Oliveira
2º Vice-presidente: Clotilde Marques
Secretário-geral: Valdirlei Castagna
1º Secretário: Adilson Luiz Szymanski
2º Secretário: Domingos Jesus de Souza
Tesoureiro-geral: Adair Vassoler
1º Tesoureiro: Jânio Silva
2º Tesoureiro: Maria Salete Cross
Diretor de Patrimônio: Geraldo Isidoro de Santana
Diretor Social e de Assuntos Legislativos: Mário Jorge dos Santos Filho
Diretor de Assuntos Internacionais: Lucimary Santos Pinto
Diretor de Assuntos Culturais e Orientação Sindical: Emerson Cordeiro Pacheco
Diretor de Assuntos Trabalhistas e Judiciários: Joaquim José da Silva Filho
Diretor de Assuntos de Seguridade Social: Domingos da Silva Ferreira

Suplentes da Diretoria
Terezinha Perissinotto, Maria de Fátima Neves de Souza, José Raimundo Santana dos Santos, Manoel Pereira de Miranda, Leodália Aparecida de Souza, Lamartine dos Santos Rosa, José Souza da Silva, Claudionor José da Silva, Ana Maria Mazarin da Silva, Simoni Paulino Francisco, José Francisco de Lima, Neuza Maria da Silva Rambo, Milton Gomes da Silva, Ana Lucia Domingues, Ubiratan Gonçalves Ferreira.
Aparecida dos Santos de Lima, Silas da Silva, Carlo Geovani de Oliveira Corrêa, Sueli Aparecida, Koupak, Carlos Cesar Rodrigues, Milton Carlos Sanches, Jaime Ferreira dos Santos.

Conselho Fiscal
Efetivos: Walter José Bruno D'Emery, José Luciano Vieira de Viegas, Walteci Araujo dos Santos.

Suplentes: Tatiane de Castro, Edgar Siqueira Veloso, Osmar Gussi.

Delegados de Representação Internacional: Tânia Amaral, Ivan Bitencourt, Cláudia Jaqueline Martins da Cruz, Margarida Pessoa Nunes, Serenita Teresinha Dias de Jesus Inhaia Ribeiro, Norma Célia Gomes Sesana, Aparecida dos Santos de Lima, José Caetano Rodrigues, Severino Ramos de Souto.

Destaques

- Reformulação do Estatuto da CNTS
- Aprovação da ADPF 54, ajuizada pela CNTS, assegurando a interrupção da gravidez de feto anencéfalo.

Mobilizações contra as reformas

A nova gestão enfrentou, em 2017, muitos desafios e dificuldades em decorrência dos ataques impostos pelo novo governo federal de Michel Temer, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, ocorrido no final de 2016. A gestão Temer iniciou o ano propondo reformas que aniquilava os direitos dos brasileiros, como reforma trabalhista e previdenciária, além da terceirização. Em decorrência disto, a CNTS intensificou a atuação permanente de combate às reformas, com atuações em aeroportos, redes sociais e em diálogos diários com os parlamentes, com o objetivo conscientizá-los sobre os prejuízos permanentes que as propostas poderiam causar aos trabalhadores, caso aprovadas.

A mobilização também chegou às ruas do país, com a classe trabalhadora cobrando o arquivamento das propostas. Nos estados e municípios, a CNTS participou das manifestações por meio dos dirigentes das federações e sindicatos filiados.

Com o objetivo de estabelecer estratégias de atuação junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no combate às pautas prejudiciais aos trabalhadores, a CNTS realizou a Oficina de Planejamento, em março de 2017. A CNTS também realizou IV Seminário Jurídico-Sindical, entre os dias 27 e 28 de setembro, com a finalidade de discutir e orientar dirigentes e assessorias jurídicas sobre os impactos da reforma trabalhista, da terceirização, e da reforma previdenciária nas relações do trabalho e redução de direitos.

O primeiro retrocesso aprovado pelo governo Temer foi a Lei 13.429/2017, que liberou a terceirização irrestrita da mão-de-obra. O segundo foi Lei 13467/2017, da reforma trabalhista, que representou o mais duro ataque aos direitos trabalhistas, alterando mais de 100

pontos da CLT, permitindo, dentre as mudanças, que o acordado entre patrões e empregados prevaleça sobre o legislado nas negociações trabalhistas.

O pacote de maldade não se restringia apenas ao Legislativo e Executivo. O Poder Judiciário, em especial o STF e o Tribunal Superior do Trabalho, tomou várias decisões em benefício do capital e prejudiciais aos trabalhadores, a exemplo do fim da ultratividade, da prevalência do negociado sobre o legislado, rejeição da desaposentação, proporcionalidade do aviso prévio em favor do empregador, entre outras.

Foi realizado, em maio de 2017, o maior ato de protesto da história do movimento sindical, que reuniu cerca de 200 mil, em Brasília, exigindo "Fora Temer", "Nenhum direito a menos" e "Diretas já". Dirigentes da CNTS, federações e sindicatos da base participaram do ato trazendo às ruas a indignação dos trabalhadores da saúde com a corrupção generalizada envolvendo os setores público e privado e com as reformas trabalhista e previdenciária.

Oficina de Comunicação

Em novembro de 2017, a CNTS realizou a Oficina de Comunicação - Mais que informar, formar opinião, com a participação de dirigentes e assessores de imprensa da Confederação e das federações e sindicatos e orientação de especialistas no tema. Durante o evento foram debatidas ideias e sugestões e aprovada a criação de uma rede de comunicação eficaz entre as entidades que compõem a estrutura da Confederação, no sentido de dar fluidez no trânsito de informações e homogeneidade na linguagem jornalística entre as diversas mídias.

Estatuto do Trabalho e mobilizações

Naquele mesmo ano, a Comissão do Senado conclui a primeira versão do Estatuto do Trabalho. A CNTS participou dos debates que levaram à construção do documento. A diretora de Assuntos Internacionais da CNTS, Lucimary Santos, participou das audiências públicas na subcomissão. O objetivo do Estatuto é regulamentar os artigos 7º ao 11º da Constituição Federal de 1988, que rege as relações de trabalho individuais e coletivas, urbanas e rurais, em seus aspectos de direito material e processual.

A prática antissindical estava em voga durante o período, por conta disto, a CNTS denunciou o Conselho Regional de Enfermagem no Estado do Maranhão - Coren-MA pela prática de conduta antissindical e desvio de finalidade na usurpação das atribuições sindicais pela atual diretoria. A denúncia feita pela Confederação, em nome do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem e Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde do Estado do Maranhão - Sindsaúde/ MA, obteve apoio do Fórum Nacional da Enfermagem, por decisão aprovada em reunião, com participação das entidades que o compõem – CNTS, FNE, Cofen, ABEn, CNTSS, Anaten e ENEEnf.

Além disso, a CNTS, CNTSS e FNE também denunciaram o desvio de finalidade por parte dos Conselhos Regionais do Ceará, Paraná e Santa Catarina, por sugerirem a instituição de um piso salarial ético para os profissionais destes estados, usurpando atribuições

sindicais. A denúncia refere-se também à postura do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no que se refere à homologação de tais atos.

Durante a Semana da Enfermagem, representantes da categoria uniram-se na Avenida Paulista, em São Paulo, para cobrar valorização e reivindicar as bandeiras prioritárias da categoria, como a jornada de 30 horas semanais, piso salarial nacional, aposentadoria especial, descanso digno e melhores condições de trabalho. A CNTS foi uma das entidades que se somaram ao ato na luta pela valorização profissional. Ainda neste período, em audiência na Câmara dos Deputados, a CNTS cobrou soluções para a jornada e o piso salarial da enfermagem, em reunião com o líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE).

Outra mobilização importante que ocorreu neste período foi ações para proteger o SUS. Como, por exemplo, quando o Conselho Nacional de Saúde e entidades membros, como a CNTS, protocolaram, dia 5 de abril de 2018, no Supremo, mais de 70 mil assinaturas em apoio à ADI 5.658, que tinha por objetivo vetar a Emenda Constitucional 95/2016, que congela os investimentos em saúde e educação até 2036, com estimativa de perda de R$ 400 milhões para ações e serviços de saúde.

Ações para fortalecer sistema confederativo

Após grave ataque à liberdade e estrutura sindical promovido pelo governo Temer por meio da reforma trabalhista. A CNTS, junto às federações filiadas, debateu estratégias para manter o sistema confederativo. Os dirigentes analisaram alternativas de custeio e ações para enfrentar os reflexos da Lei, de modo a preservar os direitos dos trabalhadores.

Por conseguinte, a Confederação renovou filiação à Internacional de Serviços Públicos – ISP, diante da necessidade de estar integrada ao processo de globalização e de ocupar espaço importante nas discussões internacionais voltadas para o mercado de trabalho.

Em 2019, já durante o governo de Jair Bolsonaro, a CNTS buscou manter diálogo democrático e participativo com membros do governo. Assim, se reuniu com o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, para dialogar sobre jornada de trabalho; piso nacional de salário e plano de carreira; aposentadoria especial; saúde e segurança dos trabalhadores; formação e qualificação; fim do ensino à distância na saúde; assédios moral e sexual; atuação sindical; dimensionamento profissional; e revogação da Emenda Constitucional 95/2016.

Como parte estratégia, os dirigentes da Confederação, divididos em grupos, se mobilizaram em visitas aos gabinetes das lideranças partidárias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para entrega da pauta de reivindicações.

Na Câmara, a CNTS se juntou à luta pela preservação dos direitos dos trabalhadores e fez chamamento para que todas as entidades e a população se unissem na grande mobilização em defesa do sistema previdenciário. No público, foi relançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, que conta com apoio de mais de 100 entidades da sociedade civil, entre elas a CNTS.

Diálogo com a patronal

Dirigentes da CNTS e da patronal CNSaúde aprovaram a instituição de uma mesa de negociação para debater as prioridades do setor e dos trabalhadores da saúde. Questões como segurança e saúde do profissional, afastamento da gestante ou lactante de atividades em locais insalubres, jornada de trabalho de 12 por 36, organização e sobrevivência das entidades representativas de empregados e empregadores foram incluídas na pauta apresentada pela CNTS.

Outra luta da Confederação foi pela aposentadoria especial. O líder da bancada do PDT no Senado, Weverton (MA), protocolou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado emenda proposta pela CNTS à reforma da Previdência para que os profissionais possam ter aposentadoria especial, com regras diferenciadas, dentre elas, o salário integral e, pelo menos, 25 anos de contribuição atuando na área.

16ª Conferência Nacional da Saúde

Entre 4 a 7 de agosto de 2019, os brasileiros viram mais um capítulo da história da saúde pública sendo escrito na 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8). O relatório foi aprovado com resoluções pedindo a revogação da emenda do teto dos gastos, garantia de financiamento público e sustentável ao SUS e a ampliação do Programa Mais Médicos.

Os representantes da CNTS marcaram presença neste evento histórico. Dada a importância do evento para a saúde, a CNTS elaborou cartilha especial que foi distribuída durante o evento sobre os eixos temáticos da Conferência e sobre as bandeiras da CNTS pela valorização do profissional. A Confederação também participou de ato em defesa do SUS, na Esplanada.

Congresso Extraordinário da CNTS

Visando debater a organização sindical e valorização dos trabalhadores da saúde, a Confederação realizou o Congresso Nacional Extraordinário, no período de 10 a 12 de março de 2020, em Luziânia-GO. O Congresso teve como tema central "Valorizar os Profissionais de Saúde é Valorizar a Vida" e reuniu dirigentes sindicais da saúde representantes das federações filiadas e sindicatos vinculados.

Após intenso processo de debates, os delegados (as) participantes do Congresso aprovaram diretrizes que servirão de base para que a Confederação e suas entidades filiadas e vinculadas possam fortalecer sua atuação e manutenção do Sistema Confederativo da CNTS.

Entre as propostas aprovadas, destaca-se a implementação do pagamento de uma contribuição mensal para manutenção do sistema Confederativo. A contribuição aprovada tem caráter provisório e terá vigência até que seja definido em lei forma de sustentação financeira das entidades sindicais; realização de campanha junto às lideranças sindicais do Sistema Confederativo para que autorizarem o desconto voluntário nos seus salários da contribuição sindical; implementação do pagamento de uma contribuição mensal pelas entidades sindicais filiadas ou vinculadas à CNTS, no percentual de 1% calculado sobre as receitas mensais dos sindicatos recolhidas dos trabalhadores a título de mensalidade sindical, contribuição confederativa, taxa negocial ou assistencial.

Os delegados também aprovaram manifesto em que reafirmam total apoio aos profissionais da saúde, que atuam na linha de frente para o atendimento da população vítima da Covid-19. Além de requerer que o Ministério da Saúde, às Secretarias Estaduais de Saúde e às instituições públicas e privadas de saúde garantam que estes profissionais recebam toda a capacitação adequada para o atendimento, além de proteção e segurança necessárias para o bom desempenho de suas funções.

Os congressistas aprovaram, também, moção de repúdio, em que manifestam o mais veemente repúdio ao governo de Jair Bolsonaro, diante do retrocesso social e dos constantes ataques à democracia.

Pandemia da Covid-19

Desde a explosão do vírus no Brasil, a CNTS tem como luta constante buscar garantir proteção aos profissionais da saúde.

A Confederação entrou com ações e medidas no Ministério Público, na Justiça do Trabalho e no Ministério da Saúde para assegurar prioridade da proteção e condições de trabalho que envolve a prestação de serviços em estabelecimentos de saúde públicos e privados, em todas as unidades da federação.

A CNTS também ajuizou no STF ação contra a MP 927/2020, medida permitia que os trabalhadores da saúde fizessem jornadas sem limites de horas. E contra o protocolo da cloroquina do Ministério da Saúde. Em conjunto Federação Nacional dos Farmacêuticos – Fenafar, a ação exigia a suspensão imediata do protocolo, que permite o uso da cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19, mesmo para casos leves da doença. Além disso, a Confederação realizou campanhas de mídias para garantir proteção e segurança aos profissionais da saúde.

A CNTS aderiu à campanha Abrace a Vacina, que busca fortalecer a importância da vacinação, informar a sociedade que se mostram reticentes à vacina, muitas vezes, influenciados pelas chamadas fake news.

A entidade realizou duas ações em conjunto à ISP, a primeira foi uma pesquisa para saber a expansão do problema que os profissionais da saúde enfrentam na pandemia. Na segunda ação, as entidades denunciaram o governo diante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pediram que o órgão adote medidas cautelares para garantir a proteção aos profissionais da saúde.

CNTS na luta contra a terceirização e o desmonte no SUS

Desafios e perspectivas para o futuro

Com muita luta e disposição, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde chega aos seus 30 anos. Para o futuro, a CNTS tem o desafio de enfrentar a falta de financiamento e a reorganização sindical. Para a nova diretoria, o maior desafio será compreender que o mundo não será mais o mesmo e que será preciso conviver com uma "nova" normalidade. Nesse sentido, a gestão compreende o papel relevante da CNTS, principalmente no que diz respeito a representação, articulação e a defesa dos direitos dos trabalhadores, em especial, dos profissionais da saúde.

No decorrer dos últimos anos, a diretoria vem buscado soluções com relação à representatividade, à formação, à comunicação e, principalmente, no sentido de reorganizar e reestruturar o sistema confederativo da CNTS. Exemplo disto, foi a realização do Congresso Nacional Extraordinário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, em março de 2020, em Luziânia/GO. O evento que contou com a participação de dirigentes sindicais da área da saúde de todo o Brasil. O objetivo do Congresso era no sentido de buscar reconhecimento e valorização para a categoria, bem como, o fortalecimento das entidades representativas. Na ocasião, os delegados participantes aprovaram uma série de metas visando fortalecer a atuação e manutenção do Sistema Confederativo da CNTS. Além da realização de campanha nacional conjunta junto aos trabalhadores para adesão à contribuição sindical voluntária aos sindicatos nos termos da Lei 13.467/2017.

Os delegados também aprovaram a implementação do pagamento de uma contribuição mensal, emergencial e extraordinária, destinada à sustentação financeira do Sistema Confederativo. Ainda aprovaram medida estabelecendo que, onde não houver federação integrante do sistema confederativo da CNTS, fica aberta a possibilidade de os sindicatos vinculados se filiarem diretamente à Confederação, mantendo-se, porém, maior peso político das federações em relação aos sindicatos diretamente filiados.

Mas a luta da Confederação vai muito além. A CNTS tem como pauta constante a aprovação de pautas históricas da Enfermagem, como a jornada de trabalho, piso salarial nacional, descanso digno e aposentadoria especial. Desde a inauguração, a CNTS luta para que esses projetos sejam aprovados no Congresso. Nesta pandemia, toda a luta e sacrifício dos trabalhadores da saúde sensibilizaram os parlamentares que colocaram em votação o PL

2564/2020, que trata do piso salarial dos profissionais da Enfermagem. Através de muita luta das entidades sindicais representativas da Enfermagem, entre elas a CNTS, o projeto de autoria do senador Fabiano Contarato (Rede/ES) foi aprovado, de forma unânime, pelo Senado Federal.

O texto enfrentou muita resistência dos senadores e da classe patronal, porém, após muito diálogo, negociação e pressão dos dirigentes sindicais, a proposta foi aprovada pela Casa e encaminhada à Câmara dos Deputados. O presidente da CNTS, Valdirlei Castagna, esteve empenhado na luta e participou de muitas reuniões com os senadores.

Para o futuro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde tem o desafio de continuar a luta pela implantação do piso salarial nacional e da regulamentação da jornada de trabalho para toda categoria; atuar conjuntamente com as federações e sindicatos pela criação e regulamentação dos pisos salariais estaduais aos trabalhadores da saúde; atuar no fortalecimento das negociações coletivas de trabalho com vistas a discussão da pauta dos trabalhadores representados; negociar com a patronal uma pauta mínima para todos os trabalhadores em nível nacional; atuar em conjunto com órgãos de classe e de fiscalização pelo fim sobrecarga de trabalho; lutar em defesa do SUS e pela elevação das verbas orçamentárias para o financiamento da saúde pública e fortalecer a articulação no Congresso Nacional para viabilizar o financiamento das entidades sindicais.

Destaca igualmente a importância de desenvolver esforços para que a Confederação se torne espaço para aqueles que querem ter uma participação na luta por direitos trabalhistas e que possam fazer isso via sindicalização.

O espaço virtual pode ser a porta de entrada para fortalezar a categoria. Um desenho mais comunicacional deverá permitir que o trabalhador que não faz parte do mundo sindical possa se informar, interagir e se envolver no dia a dia da luta da categoria. As redes sociais podem ser um caminho para essa comunicação mais horizontal, que permita a interação direta dos trabalhadores com a entidade. A CNTS compartilha, com as demais federações e sindicatos, o grande desafio de remover a inércia, o quase conformismo que existe na sociedade brasileira, em relação às violações de direitos trabalhista, humanos e social. A CNTS deve fazer parte desse discurso de romper com essa acomodação.

Para tal, é crucial que existam entidades sindicais suficientemente fortes e representativas para desempenharem um papel ativo na formação do processo político e para assegurarem que as vozes dos trabalhadores sejam ouvidas.

Nova diretoria da CNTS é eleita, por unanimidade, para a gestão 2022-2027

Por unanimidade, a chapa "Para Continuar Avançando" foi eleita para conduzir a CNTS durante o período de 2022-2027. A chapa única recebeu 100% dos votos dos delegados votantes, o pleito sindical contou com a participação de 84,75% dos delegados inscritos. O II Congresso Eleitoral Ordinário para a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal foi realizado de forma virtual, dia 8 de dezembro, das 9h às 13h. Sob o tema Unidade, Organização e Resistencia em Defesa dos Trabalhadores da Saúde, o pleito sindical consagrou a reeleição do presidente, Valdirlei Castagna. Com a chapa eleita, a Confederação teve uma renovação de quase 50% dos atuais membros da diretoria. O mandato terá início em 1º de março de 2022.

"A CNTS inicia um novo ciclo, com grande inovação dos dirigentes, através de um Congresso democrático e transparente e, desta forma, sairemos renovados para atuar nas várias frentes em defesa dos trabalhadores da saúde. Essa renovação será fundamental para enfrentarmos os retrocessos dos últimos anos, como perdas salariais, aumento da terceirização e retirada de direitos conquistados duramente ao longo de décadas de luta. A categoria pode ter certeza que não vai faltar esforço e luta para defender e valorizar os profissionais da saúde. Não vai faltar luta para que as pautas da categoria sejam aprovadas e que

os trabalhadores tenham seus direitos garantidos, para isto, continuaremos dialogando e lutando no Congresso Nacional, no Executivo e no Judiciário", afirma o presidente, Valdirlei Castagna.

A nova gestão da Confederação terá como vice-presidente, Osmar Gussi, representando a Federação do Mato Grosso do Sul. A secretária-geral será Lucimary Santos Pinto, representando a Federação do Nordeste. A tesouraria será comandada por Maria Salete Cross, representando a Federação de Santa Catarina.

Segundo a nova secretária, a diretoria eleita dará continuidade ao trabalho sério realizado na atual gestão, notadamente no sentido da valorização dos profissionais da saúde. "A categoria confiou em nós, isso revela que estamos no caminho certo e, também, coloca em nossas mãos a responsabilidade de desenvolver, a cada dia, um trabalho melhor. Na próxima gestão pretendemos seguir com o trabalho sério e ético, priorizando a defesa dos profissionais da saúde. Teremos muitos desafios pela frente, pois temos no comando do país, um governo negacionista e desorganizado, que preza pela classe empresarial em detrimento a classe trabalhadora. Mas vamos sempre persistir e lutar, prontos para levar o nome da nossa Confederação para frente", afirmou Lucimary Santos Pinto.

Processo eleitoral

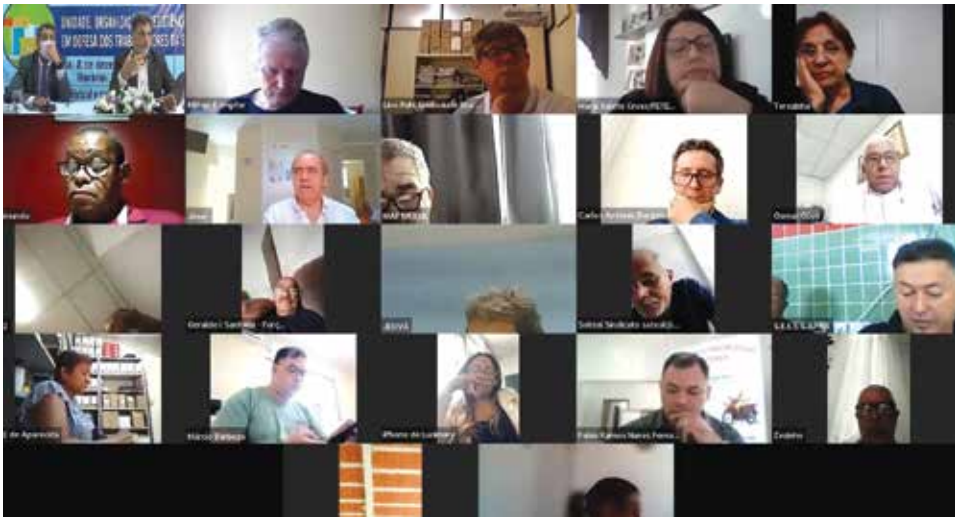
A comissão eleitoral foi presidida pelo tesoureiro-geral, Adair Vassoler, teve como mesários o secretário-geral da CNTI, Nelson Luiz Bonardi, e a doutora Camilla Aures Cruz.

"A aprovação da chapa por 100% dos eleitores respalda a representatividade da CNTS, que inicia um novo ciclo, com um grupo de dirigentes novos e ampliação do alcance da Confederação, desta forma, terão mais condições de atuar nas várias frentes em defesa dos trabalhadores. Parabenizo os novos dirigentes, que terão uma tarefa árdua pela frente, na busca pela aprovação do piso salarial da Enfermagem, pela jornada de trabalho, pelo descanso digno, e pelas demais bandeiras significativas dos profissionais da saúde ", afirmou o presidente da comissão eleitoral, Adair Vassoler.

União e resistência em defesa dos profissionais da saúde

O Congresso Eleitoral contou também com debates acerca das pautas da categoria em tramitação no Congresso Nacional, da conjuntura política e sindical e os impactos da pandemia da Covid-19 no mundo do trabalho. Participaram do debate, o assessor parlamentar da CNTS, André Luiz dos Santos; a juíza do Trabalho, Noêmia Porto; o subprocurador-geral do Trabalho, Dr. Francisco Gérson Marques de Lima; e a assessora jurídica da CNTS, Zilmara Alencar.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania/MA) participou do Congresso da CNTS e explanou sobre a tramitação no Senado Federal do PL 2564/2020, que trata do piso salarial da Enfermagem. "Conheci a CNTS na batalha e empreitadas pela realização deste sonho que é o piso salarial da Enfermagem e a jornada de 30 horas. Nós conseguimos avanços importantes através de um amplo acordo realizado por vocês e por outras entidades, que foi imprescindível para a aprovação do PL 2564 no Senado Federal. Um resultado que é fruto do entendimento e do acordo construído junto a cada um de vocês. Agora, nós temos a segunda etapa desta batalha, que é a luta na Câmara dos Deputados, para pautar e aprovar. Acredito que, se construirmos a aprovação na forma do texto que veio do Senado, teremos celeridade e a sanção presidencial desta lei, o que será um marco histórico para esta categoria tão sofrida, que está na linha de frente do enfrentamento da pandemia", afirmou a senadora.



Gestão 2022-2027

Presidente: Valdirlei Castagna
Vice-presidente: Osmar Gussi
Secretário-Geral: Lucimary Santos Pinto
Secretário-Geral Adjunto: Adilson Luiz Szymanski
Tesoureiro-Geral: Maria Salete Cross
Tesoureiro-Geral Adjunto: José Carlos dos Santos
Diretor de Patrimônio: Isabel Cristina Gonçalves
Diretor de Assuntos Legislativos: Mário Jorge dos Santos Filho
Diretor de Políticas Públicas e Serviços Públicos: Manoel Pereira de Miranda
Diretor de Assuntos Internacionais: José Raimundo Santana dos Santos
Diretor de Formação e Política Sindical: Terezinha Perissinotto
Diretor Jurídico e de Assuntos Trabalhistas: Carlos Alberto Monteiro de Oliveira
Diretor de Assuntos da Previdência e Assistência Social: Domingos da Silva Ferreira
Diretor de Assuntos de Aposentados e Pensionistas: Clotilde Marques
Diretor de Negociação Coletiva: André Luiz Silva dos Santos
Diretor de Imprensa e Comunicação: Mistrael Mário Pereira da Silva
Diretor de Assuntos de Gênero, Raça, Diversidade e Juventude: Tatiane de Castro
Diretor de Segurança e Saúde do Trabalhador: Lázaro Antônio Santana
Diretor de Pesquisa, arquivo e Memória Sindical: Dejamir Souza Soares
Diretor de Cultura Esporte e Lazer: Joaquim Valdomiro Gomes
Diretor de Assuntos Econômicos: Jeová Gomes dos Santos

Suplentes de Diretoria
Margarete Lavarda Resmini
Ubiratan Gonçalves Ferreira
Josemar Bezerra da Nóbrega
Antônio Agamenon Torres Viana
Fabio Ramos Nunes Fernandes
Lamartine dos Santos Rosa
Luana Mendes Leite Soares
Bianca D' Carla Macedo da Costa
Adailton Antônio da Silva
Adailton Antônio da Silva
Leodália Aparecida de Souza
Welida Costa Gonçalves
Marcio Teixeira Barboza
Eloisa Moura Azevedo Arce
Melchora Gomes Ibanez Rodrigues
Márcio Pascoal Ribeiro Junior
José Carlos da Silva
Denise de Matos de Freitas
Dalva Maria Selzler
Júlio Cesar Lopes Frota
Clóvis Corrente

Conselho Fiscal – Efetivos
Walter José Bruno D'Emery
Silvio Vidart Madruga
Walteci Araújo dos Santos
Conselho Fiscal – Suplentes
Carlos Borges da Rosa
Graciete Mouzinho
Aparecida dos Santos Lima

Principais Bandeiras e Conquistas

Nestas três décadas de existência, a Confederação tem atuação firme junto ao Executivo, Legislativo e Judiciário em prol dos direitos dos trabalhadores. No Executivo, por exemplo, a CNTS tem atuado não apenas nas questões específicas dos profissionais da saúde, com relação ao piso da Enfermagem e jornada de trabalho, mas também nos interesses de toda a classe trabalhadora, como as reformas trabalhista e previdenciária, reforma fiscal, reforma administrativa, recuperação do salário mínimo, política salarial para os servidores, direitos de aposentados e pensionistas, entre outros.

No Legislativo, os dirigentes da CNTS atuam permanentemente junto a deputados e senadores, manifestando posição e disposição para o debate de propostas em tramitação no Congresso Nacional. Diversas propostas de interesse da sociedade e dos trabalhadores em geral, e em especial dos profissionais da saúde, foram defendidas em audiências públicas, nos gabinetes, nas comissões permanentes e especiais, no corpo a corpo nos corredores e gabinetes e nas manifestações nas galerias da Câmara e do Senado Federal.

Junto ao Poder Judiciário, além das questões trabalhistas mais comuns, a CNTS ajuizou ações de extrema importância. Em termos de defesa legal dos trabalhadores, ajuizou diversas ações junto ao Supremo Tribunal Federal, a exemplo de garantir o direito da gestante de decidir pela antecipação terapêutica do parto nos casos de fetos anencéfalos. Além de ações estaduais e municipais em parceria com as federações filiadas e sindicatos vinculados.

A atuação da Confederação nestas esferas se revela na busca pela aprovação de diversas bandeiras que visam a qualidade dos serviços de saúde e que passam pela reorganização e fortalecimento do SUS, com financiamento permanente e suficiente; por jornada e condições dignas de trabalho; pela instituição de piso salarial e plano de cargos e salários; pela qualificação profissional; por mais unidades de atendimento e aquisição de equipamentos; enfim, por medidas que levem ao efetivo cumprimento do preceito constitucional que determina a saúde como direito do cidadão e dever do Estado.

Aposentadoria Especial

O setor de saúde se configura na área mais exposta a agentes químicos, biológicos e físicos que possam prejudicar a saúde do trabalhador. Já existe a comprovação dos malefícios que o setor laboral, por sua exposição, pode sofrer com longos anos de atividade nas áreas de riscos já mapeadas. Para tanto, se faz necessário corrigir essa distorção e prever a redução do tempo de serviço desses trabalhadores para garantir a possibilidade de sua aposentadoria em tempo de desfrutar do benefício sem o infortúnio de uma saúde debilitada.

A Confederação já ajuizou ação no STF reivindicando esse direito. No Congresso, a CNTS mobilizou parlamentares para aprovar projeto que prevê a aposentadoria especial. Em todas essas ações, a CNTS reivindica que se aplique legalmente o que já vem sendo conquistado judicialmente: a aposentadoria especial aos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, com 25 anos de contribuição, pelas condições insalubres de trabalho.

NR 32: Segurança e Proteção aos Trabalhadores da Saúde

Atendendo à reiterada reivindicação da CNTS e outras entidades sindicais da área, em 2002, o Ministério do Trabalho iniciou a discussão de uma norma regulamentadora específica para o setor e, no ano seguinte, abriu a proposta para consulta pública da NR 32. A CNTS foi a primeira entidade a procurar autoridades do Ministério do Trabalho para discutir a NR 32, aprovada em 2005, com a finalidade de estabelecer diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde não somente para os trabalhadores em estabelecimento de assistência à saúde, mas também daqueles que exercem atividades de promoção e atendimento à saúde em geral. A Norma é aplicada em toda e qualquer unidade de atendimento privada e em todas as ações de saúde.

Nesse contexto, a CNTS atua em defesa da efetiva aplicação da NR nas unidades privadas e sua extensão aos serviços públicos, no sentido de garantir boas condições de saúde e segurança para o trabalhador no local de trabalho. A NR 32 reconhece esses profissionais como integrantes da atividade-fim da saúde, determinando a imunização, a capacitação e educação continuada.

Recursos para o SUS

Buscar alternativas visando assegurar os princípios constitucionais do SUS – integralidade, universalidade e acessibilidade – tem sido uma bandeira permanente e a luta da CNTS. A entidade defende o fortalecimento do SUS como política essencial para a superação da crise econômica e social, que afeta sobremaneira o setor saúde, e como elemento essencial para a retomada do desenvolvimento do país.

A CNTS analisa que, para corrigir as mazelas da saúde, além da ampliação dos recursos, são necessárias medidas que visem promover um financiamento estável e suficiente; que os recursos que compõem o orçamento para financiar as ações e os serviços públicos de saúde não sejam contingenciados; a melhoria da gestão, com o combate à corrupção; e o controle social na definição e fiscalização do uso dos recursos. A CNTS sempre atuou e vai continuar à frente da mobilização em defesa da saúde pública e contra qualquer proposta que venha resultar no desmonte do SUS e prejuízos para mais de 70% da população de usuários do SUS.

Plano de carreira do SUS

A CNTS travou e trava uma luta permanente pela aprovação de um plano de cargos e carreiras para os trabalhadores do SUS. Por diversas vezes, as tentativas de formulação foram frustradas, como no período de elaboração da Lei Orgânica da Saúde - 8.080/90; por meio da edição da Resolução 12/91, do Conselho Nacional de Saúde; da atuação da Comissão Especial para Elaboração das Diretrizes do Plano de Carreira, Cargos e Salários do SUS - PCCS-SUS; e da Portaria/GM 1.318, de 2007, que recomenda à implantação pelos gestores do SUS, respeitada a legislação de cada estado e município.

Para a CNTS, a implantação de plano de carreira e de piso salarial para todos os profissionais é fundamental para o desenvolvimento do SUS, porque todos são necessários para o funcionamento adequado do Sistema. No final de 2004, a comissão especial criada no âmbito da Mesa Nacional de Negociação permanente aprovou as diretrizes, que têm entre seus princípios a universalidade, envolvendo todos os órgãos e instituições públicas.

Contribuição sindical

A CNTS tem como uma das principais bandeiras a defesa do artigo 8º da Constituição Federal de 1988, que estabelece o sistema confederativo, com unicidade sindical e o custeio por meio da contribuição compulsória, entre outros princípios. A Confederação se mantém firme na posição contrária às propostas que pregam a pulverização de sindicatos, federações e confederações, por entender que leva ao enfraquecimento da representação dos trabalhadores.

A CNTS entende que a atual estrutura sindical precisa e deve ser aperfeiçoada, mas as reformas não podem simplesmente demolir o que foi construído em quase oito décadas de lutas e conquistas, como foi o caso da Reforma Trabalhista, em 2017. Se, por um lado, o modelo demanda aperfeiçoamento, por outro, demonstra vigor e força de mobilização como tem sido evidenciado em diversos movimentos.

Piso salarial da Enfermagem

A CNTS, federações filiadas e sindicatos vinculados têm atuado permanentemente pelo estabelecimento do piso salarial nacional para os profissionais da Enfermagem e demais trabalhadores da saúde. Nesse sentido, os dirigentes da Confederação participaram de audiências e apresentou sugestões em relação às bases de cálculo estipuladas para o piso das variadas funções. A fixação do piso salarial por lei torna-se crucial para o bom desempenho de determinadas atividades, na medida em que dará melhores condições de trabalho aos profissionais e remuneração condizente com suas responsabilidades.

Em 2020, a Confederação teve mais um motivo para lutar pela aprovação do piso salarial, que foi a pandemia da Covid-19 que assolou o país e vitimou

muitos profissionais da categoria. Em vista disso, o senador Fabiano Contarato (Rede/ES) protocolou, no Senado, o PL 2564/2020, que institui piso para profissionais da categoria. Em 2021, no final de novembro, após intensas negociações das entidades representativas da Enfermagem, entre elas a CNTS, o projeto foi aprovado, por unanimidade, no Senado, onde segue para a Câmara dos Deputados. A CNTS vai continuar atuando para que os deputados aprovem o projeto e que os profissionais recebam a devida valorização.

Jornada de Trabalho

A luta pela regulamentação da jornada para os profissionais da Enfermagem vem desde o surgimento da CNTS. Para a entidade, a regulamentação da carga horária é uma questão de legalidade, com respaldo na Constituição Federal; é uma questão de isonomia e é questão de saúde e segurança no exercício profissional, sendo indispensável dispor de condições especiais de trabalho.

Nos últimos anos, os dirigentes se reuniram com inúmeros parlamentares em prol da aprovação do projeto que regulamenta a jornada de 30 horas mensais para os profissionais da Enfermagem. O atual projeto, PL 2295/00, está em tramitação na Câmara dos Deputados. Um exemplo do trabalho da CNTS ocorreu em 2015, quando em sessão solene realizada pela Câmara dos Deputados, a entidade defendeu a regulamentação da jornada de 30 horas, melhores condições de trabalho e remuneração digna, correspondente à importância do trabalho desenvolvido pela enfermagem, que representa cerca de 60% dos trabalhadores da saúde.

Direitos previdenciários

O compromisso de defender os direitos previdenciários dos trabalhadores, como o princípio da universalidade e da solidariedade, é outra bandeira permanente da Confederação. Portanto, desde sua criação – e também antes pelas federações e sindicatos existentes – a CNTS tem atuado junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para impedir o retrocesso dos direitos previdenciários, em prejuízo de toda a sociedade.

Para a CNTS, a Previdência deve ser analisada no bojo da Seguridade Social, conforme estabelecido na Constituição Federal, que inclui saúde, previdência e assistência social e, desta forma não há que se falar em déficit.

Em 2019, infelizmente, o Congresso aprovou a mais ampla reforma da Previdência em 30 anos, com regras que endureceram o acesso para a aposentadoria e pensões dos trabalhadores, reduziu o valor do benefício e aumentou o tempo de contribuição dos trabalhadores. Outra cruel mudança, imposta com aval do Legislativo, foi a que diminuiu o valor do benefício para quem se aposenta por invalidez. Contudo, a principal mudança é que, pela primeira vez, o país tem uma idade mínima de aposentadoria, com regras de transição.

Desde essa ocasião, a luta da CNTS é para o Congresso aprove propostas que atenuem os retrocessos advindos da reforma. A CNTS entende que a reforma tem de acontecer é na forma de custeio e no combate à desoneração e à sonegação. E defende como alternativa a geração de mais empregos, que levaria ao aumento do acesso e também da arrecadação previdenciária, no sentido de fortalecer o sistema e incluir mais trabalhadores para a proteção social.

ADPF 54: Uma vitória da cidadania e da dignidade

Em 2004, a CNTS, em parceria com o ANIS - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, ajuizou no STF, a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 54 para que as gestantes de feto com anencefalia pudessem decidir pela continuidade ou não da gravidez. A ação pediu a descaracterização como crime de aborto e defendeu a antecipação do parto de fetos anencefálicos, ressaltando os preceitos fundamentais concernentes aos princípios da dignidade da pessoa humana, da legalidade, em seu conceito maior, da liberdade e autonomia da vontade, bem como os relacionados com a saúde.

A CNTS também reafirmava seu papel na defesa judicial e administrativa dos interesses individuais e coletivos dos que integram a categoria profissional dos trabalhadores na saúde, alertando para a possibilidade de os profissionais virem a sofrer as agruras decorrentes do enquadramento no Código Penal.

No dia 13 de abril de 2012, chegava ao fim, no STF, o julgamento de um dos mais importantes e históricos casos que já aportaram na Corte Suprema. Por oito votos a dois, o STF julgou procedente a ação ajuizada pela CNTS, assegurando a constitucionalidade do direito de interromper a gravidez nos casos de anencefalia e, por conseguinte, a permissão para essas intervenções sem necessidade de autorização judicial. A decisão favorável do STF liberou este direito a todas as mulheres no Brasil.

O STF entendeu que esses casos não devem ser considerados como aborto, já que a anencefalia é uma anomalia incompatível com a vida extrauterina, não havendo vida a ser preservada no útero materno. O voto favorável do relator, ministro Marco Aurélio Mello, seguido pela maioria dos magistrados, baseou-se na proteção de três direitos constitucionais básicos que se sobrepõem à legislação repressiva: a dignidade da pessoa humana, a legalidade, liberdade e autonomia da vontade e o direito à saúde das mulheres.

ADI 5779: Segurança e saúde à população

Em 2021, a CNTS conquistou mais uma vitória histórica no Supremo Tribunal Federal. Após três anos de julgamento, a Suprema Corte acatou a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 5779, ajuizada pela Confederação e, declarou inconstitucional a Lei 13.454/17, que autorizava produção, comercialização e consumo de substâncias inibidoras de apetite, são elas: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.

Na ação, a CNTS sustenta que a Lei representa sério risco à saúde da população brasileira, uma vez que diversas agências de saúde internacionais comprovaram a ineficácia das substâncias. Além disso, a CNTS sustenta que a lei fora editada sem prévia motivação e justificação administrativa plausível ou interesse público relevante, contrariando a Anvisa, que, como órgão fiscalizador da eficácia e da segurança dos remédios para emagrecer, recomenda sua proibição no país, em razão de seus graves efeitos adversos, como dependência física e psíquica, ansiedade, taquicardia, hipertensão arterial.

Por sete votos a três, o Supremo acatou à ação da CNTS e declarou a inconstitucionalidade da Lei. Em seu voto, o ministro Edson Fachin, que foi seguido pela maioria dos ministros, avaliou que a atuação do estado por meio do Legislativo não pode autorizar a liberação de medicamentos sem a observância mínima dos padrões de controle previstos em lei e veiculados por resoluções da agência reguladora.

Na Semana da Enfermagem, profissionais exigem valorização e direitos, em Minas Gerais

Depoimentos e Homenagens

"Parabéns à CNTS pelo aniversário e por mais um ano de luta. A CNTS tem sido um exemplo de anos e anos de muita luta em defesa da saúde, dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde. A CNTS foi uma grande parceira da nossa atuação como deputado federal na defesa dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores da saúde, na defesa do cuidado desses trabalhadores durante a pandemia. Tive a CNTS como grande parceira quando aprovei a Lei 14.128/2021, que garante uma indenização financeira pelo governo federal a todos os trabalhadores da saúde afetados pela Covid-19. Vida longa a esta grande defensora da saúde e dos trabalhadores da saúde do Brasil", **deputado federal Alexandre Padilha (PT/SP).**

Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Pedro França/Agência Senado

"Parabenizo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde pelos 30 anos de atuação na luta incansável em prol de melhorias para os milhões de profissionais da área, que merecem muito além de condições dignas de trabalho. Agradeço também a entidade pelo essencial apoio ao nosso projeto de lei que institui o piso nacional da enfermagem, o PL 2564/2020. Em meio à crise enfrentada pelo Brasil para conter a pandemia, testemunhamos diariamente a árdua missão dos trabalhadores da enfermagem. Eles merecem mais que aplausos: merecem o nosso reconhecimento, e nada mais justo do que começar pela remuneração. Seguimos lutando, no Senado Federal, pela aprovação desse projeto e por todas as pautas em favor dos trabalhadores da saúde. Contem sempre com nosso mandato!" – **Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)**

"Venho com alegria de podermos comemorar em conjunto os 30 anos CNTS, através de seu presidente Castagna, juntamente com todos os membros da Executiva e todos os filiados e sindicalizados. Foi através da ação da CNTS que os trabalhadores da saúde conseguiram boa parte de suas conquistas. Isso demostra a importância da Confederação. Então, nossos parabéns e a nossa alegria de podermos estar sempre juntos. Um grande abraço ao Castagna e a toda CNTS", **deputado Mauro Nazif.**

Luis Macedo/Câmara dos Deputados)

Jefferson Rudy/Agência Senado

A luta da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde nessas três décadas merece o nosso respeito! Porque quando você defende uma saúde pública de qualidade para todos e os direitos dos trabalhadores da saúde, você defende a dignidade desses profissionais e de suas famílias; você defende a qualidade no atendimento à população!
Nos dois últimos anos, durante a pandemia, nós vimos muito descaso do governo de um lado, mas, do outro, vimos o empenho e a dedicação dos trabalhadores da saúde que, mesmo vendo seus direitos serem subtraídos e colocando as suas vidas em risco, não deixaram a linha de frente! Obrigada e parabéns! **Zenaide Maia (PROS – RN)**, *senadora e médica infectologista.*

Luis Macedo/Câmara dos Deputados

"É com muito orgulho que acompanho o Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS – que agora já completa 30 anos de atuação. E o trabalho da CNTS nos estimula, ainda mais, a ter um outro olhar para a Saúde, não vendo como despesa, mas sim como investimento. A pandemia nos mostrou nosso grau de vulnerabilidade e a importância dos profissionais da saúde no enfrentamento da Covid-19. Como enfermeira e parlamentar, rendo minhas homenagens a todos os profissionais de saúde, que foram incansáveis na dedicação e no combate ao coronavírus, que mesmo sem a devida proteção e infraestrutura adequada, foram para a frente da batalha para salvar vidas em todos as regiões deste imenso país. Parabéns, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, pelo belo trabalho", **deputada Carmen Zanotto**.

Feesssers tem orgulho de fazer parte da história da CNTS

Em seus 30 anos de fundação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde - CNTS tornou-se uma grande referência e uma entidade reconhecida e respeitada, não apenas pelos trabalhadores da saúde, mas também pela sociedade como um todo. A CNTS foi criada pelas federações e sindisaúdes de todo o Brasil, com a finalidade de unir e representar as trabalhadoras e trabalhadores em saúde. Baseada em Brasília, centro das decisões políticas, atua no acompanhamento das ações do Governo Federal e suas estruturas, mas também junto aos parlamentares do Congresso Nacional e do Senado. A missão da CNTS é de buscar melhorias e reconhecimento para a categoria da saúde, que no país está em torno de 3 milhões de profissionais, mas que historicamente vêm sendo maltratada com baixos salários, jornada de trabalho excessiva, ausência de uma legislação protetiva e até mesmo com a demora da aprovação do PL 2564/2020, que vai garantir a implantação do Piso Salarial Nacional para enfermeiros, auxiliares e técnicos da enfermagem. A Confederação também é atuante junto ao Supremo Tribunal Federal, promovendo Ações Diretas de garantias de direitos para gestantes, usuários do SUS e trabalhadores da saúde. A Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde do Rio Grande do Sul - FEESSERS tem orgulho de ser uma das entidades fundadoras da CNTS, cujo atual presidente foi de sua indicação e acredita que a cada novo ano, se fortalecerá ainda mais, consolidando os alicerces de sua estrutura, mantendo-se forte e vigilante na garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Milton Kempfer, presidente Federação dos Empregados em Estabelecimentos em Serviços de Saúde do Rio Grande do Sul – Feessers

CNTS - 30 anos: a consolidação dos direitos do trabalhador

Tão importante quanto ter uma profissão, e consequentemente, um trabalho, é ter a entidade representativa que defenda seus direitos e represente seus interesses de modo permanente e insistentemente. Em três décadas de existência, a CNTS consolida sua trajetória como protagonista de um dos momentos mais marcantes na história dos trabalhadores na saúde, quando enfrentamos um revés na democracia brasileira, abalada pelo atual governo, que tem atuado para desmontar e subtrair anos de lutas e conquistas dos trabalhadores.

A Confederação também é o pilar de nossa Federação. Ela é a base que nos sustenta, nos faz fortes. Somos parte de um organismo que precisa e deve existir, em nome de milhares de pessoas que estão trabalhando diuturnamente em prol do crescimento da saúde e da sociedade.

Por isso é urgente resistir as dificuldades, as tentativas de supressão dos direitos, manobras escusas e ignorantes, cujos efeitos colaterais geralmente não são sentidos imediatamente, mas quando aparecem, são arrebatadores. E sermos obstinados. Em nome da nossa causa, da coletividade, dos trabalhadores, da democracia. Estamos juntos, de mãos dadas e irmanados em defender nosso Brasil, e seguir nessa caminhada por muitas décadas mais!

Mário Jorge Filho – presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos em Serviços de Saúde do Nordeste – Fettessne

FEESAÚDE/MS tem a honra de fazer parte da história da CNTS

Quero parabenizar CNTS pelos seus 30 anos de existência, atuando sempre na defesa por melhores condições de trabalho e direitos dos trabalhadores da saúde. É com grande orgulho e satisfação que a Federação dos Trabalhadores na Saúde de Mato Grosso do Sul – FEESAÚDE/MS tem a honra de fazer parte do sistema confederativo, desde a fundação da CNTS, preservando sempre a integração e atuação em parceria entre sindicatos vinculados, federação e confederação, levando sempre aos trabalhadores da categoria a importância de terem uma entidade forte e representativa. "A luta continua"... Juntos pela dignidade e valorização dos trabalhadores da saúde. Parabéns CNTS e seus dirigentes em especial aos idealizadores da fundação.

Osmar Gussi, Presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimento em Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul – Feessaúde/MS

CNTS sempre lutou em prol dos trabalhadores da saúde

Para a presidente da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina - Fetessesc, Maria Salete Cross, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS sempre esteve no centro das discussões quando o assunto é a luta em prol dos trabalhadores da saúde. Mas, nos últimos anos, especialmente neste momento de pandemia, tem se destacado muito lutando constantemente para defender os direitos dos trabalhadores, seja através do Fórum da Enfermagem, no Senado federal, na Câmara dos Deputados ou nas comissões.

Cotidianamente, a Confederação vem pautando o avanço nos direitos da categoria pela jornada de trabalho e pelo piso nacional da enfermagem. Além disso, reivindica melhores condições de saúde e segurança dos trabalhadores, cobrando das autoridades o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de qualidade e realizando pesquisa junto à categoria para saber, de fato, a realidade dos trabalhadores.

A Fetessesc deseja que a diretoria da CNTS continue sempre com este compromisso de fazer o possível na luta em prol desta categoria tão sofrida, mas se tiver que fazer o impossível, que seja feito. A diretoria da Federação sempre estará apoiando a diretoria da CNTS, que representa os trabalhadores da saúde com muita qualidade nos espaços de poder.

Maria Salete Cross, presidente da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina

Agradecimentos

Um sonho que se tornou realidade. Homens e mulheres que mudaram a história da categoria. Desafios, conquistas. Coragem e luta. Assim podemos definir os 30 anos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS. Ao completar três décadas de existência, a CNTS comemora não apenas uma data histórica. Celebra, também, a consolidação do seu nome, da sua representatividade. A CNTS é hoje uma entidade forte e respeitada por todos.

E esta entidade é construída a muitas mãos. Desde os homens e as mulheres que no dia 21 de dezembro 1991 ousaram fundar, sem recurso algum, a nossa Confederação, até a diretoria atual que, com ética e profissionalismo, tem trabalhado incansavelmente pelo desenvolvimento contínuo da entidade.

Nesta jornada contamos com o amparo amigo e político de entidades sindicais e de classe, como as federações filiadas e os sindicatos vinculados, centrais sindicais, parlamentares e autoridades, que se dispuseram a dividir conosco as bandeiras de luta e a ampliar as frentes de batalha.

Não podemos nos esquecer dos colaboradores que passaram ou ainda permanecem na Confederação, como as assessorias jurídica, de comunicação e parlamentar; ressaltamos as parcerias com o Diap

e o Dieese. Contamos também com a dedicação de funcionários, que no dia a dia nos subsidiaram com seu trabalho e conhecimentos, facilitando nossa atuação. O comprometimento deles foi e é fundamental para o bom funcionamento da CNTS.

Queremos aqui agradecer a contribuição de todos. Todos serão responsáveis pela história da Confederação.

Aos que por aqui passaram, nossos agradecimentos.

Aos se fazem presente, nosso reconhecimento.

Aos que virão, nosso até breve.

Sistema CNTS de Comunicação

JORNAL CNTS
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde

CNTS define diretrizes para fortalecer Sistema Confederativo

CNTS reivindica à PGT garantia de proteção aos profissionais da saúde

Mesa de negociação dos trabalhadores da Rede D'Or é criada

Profissionais relatam o drama de trabalhar sem EPIs suficientes e treinamento

MPF acata ADI da CNTS e considera inconstitucional regime de jornada 12x36

Pressão da sociedade civil organizada derruba MP 927

Agência CNTS
Mulheres Pauta

O impacto da pandemia na vida das mulheres

cntssaude

cntssaude

cntssaude

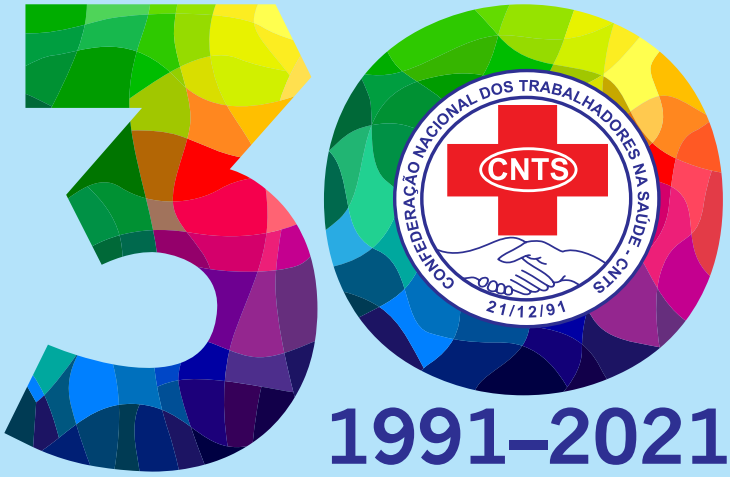
cntssaude

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde

CNTS TV

RÁDIO CNTS

w w w . c n t s . o r g . b r



Siga a CNTS: cntssaude cntssaude cntssaude cntssaude Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde

www.cnts.org.br
cnts@cnts.org.br